

OS VERDADEIROS CAMPEÕES DO DESMATAMENTO

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA*

Há 8 mil anos, o Brasil possuía 9,8% das florestas mundiais. Hoje, o país detém 28,3%. Dos 64 milhões de km² de florestas existentes no Planeta antes da expansão demográfica e tecnológica dos humanos, restam menos de 15,5 milhões, cerca de 24%. Mais de 75% das florestas primárias já desapareceram. Com exceção de parte das Américas, todos continentes desmataram, e muito, segundo estudo da Embrapa Monitoramento por Satélite sobre a evolução das florestas mundiais.

A Europa, sem a Rússia, detinha mais de 7% das florestas do planeta e hoje tem apenas 0,1%. A África possuía quase 11% e agora tem 3,4%. A Ásia já deteve quase um quarto das florestas mundiais (23,6%), agora possui 5,5% e segue desmatando. No sentido inverso, a América do Sul que detinha 18,2% das florestas, agora detém 41,4% e o grande responsável por esses remanescentes, cuja representatividade cresce ano a ano, é o Brasil.

Se o desflorestamento mundial prosseguir no ritmo atual, o Brasil – por ser um dos que menos desmatou – deverá deter, em breve, quase metade das florestas primárias do planeta. O paradoxo é que, ao invés de ser reconhecido pelo seu histórico de manutenção da cobertura florestal, o país é severamente criticado pelos “campeões mundiais do desmatamento” e aliado da própria memória.

Na maioria dos países, a defesa da natureza é fenômeno recente. No Brasil, vem de longa data. Desde o século XVI, foram estabelecidas regras e limites para exploração de terras, águas e vegetação. Havia listas de árvores reais, protegidas por lei, o que deu origem à expressão madeira-de-lei. As áreas consideradas reservas florestais da Coroa não podiam ser destinadas à agricultura. Essa legislação garantiu a manutenção e a exploração sustentável das florestas de pau-brasil até 1875, quando entrou no mercado a anilina.

Em 1760, um alvará real de Dom José I protegeu os manguezais. Em 1797, cartas régias consolidaram leis ambientais. Foram criados os Juizes Conservadores, aos quais

coube aplicar as penas previstas para transgressões dessas leis. Também surgiu o Regimento de Cortes de Madeiras com regras rigorosas para a derrubada de árvores. Em 1808, D. João VI criou a primeira unidade de conservação, o Real Horto Botânico do Rio de Janeiro. Uma ordem de 1809 deu liberdade aos escravos que denunciasses contrabandistas de pau-brasil. Em 1830, o total de áreas desmatadas no Brasil era inferior a 30 mil km². Hoje, corta-se mais do que isso a cada dois anos.

A política florestal da Coroa portuguesa e brasileira conseguiu manter a cobertura vegetal preservada até o final do século XIX. O desmatamento brasileiro é fenômeno do século XX. Em São Paulo, Santa Catarina e Paraná, a marcha para o oeste trouxe grandes desmatamentos. As florestas de araucárias foram entregues aos construtores anglo-americanos de ferrovias, junto com as terras adjacentes. Na Amazônia, a maior ocupação ocorreu na segunda metade do século XX, com migrações, construção de hidroelétricas e estradas.

Há 30 anos, o desmatamento anual varia de 15 a 20 mil km², com picos de 29 mil e 26 mil km² em 1995 e 2003. Em 2005 e 2006, passou a 11 mil km², segundo o Inpe. O estudo da Embrapa indica que, apesar do desmatamento dos últimos 30 anos, o Brasil é um dos países que mais mantém sua cobertura florestal. Com invejáveis 69,4% de suas florestas primitivas, o Brasil tem grande autoridade para tratar desse tema frente às críticas dos “campeões do desmatamento mundial”. Há que ter também responsabilidade para reavivar, por meio de políticas e práticas duradouras, a eficácia das medidas históricas de gestão e exploração que garantiram a manutenção das florestas.

Texto publicado no livro Quanto o Amazonas corria para o Pacífico: uma história desconhecida da Amazônia, de Evaristo Eduardo de Miranda, Ed. Vozes, 2007.

VEJA TAMBÉM Desmatamento (pág. Xxx).

*Mestre e doutor em ecologia, chefe geral da Embrapa Monitoramento por Satélite